



**MINISTÉRIO DO TURISMO
GABINETE DO MINISTRO**

Esplanada dos Ministérios, Bloco U, Sala 300 - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70065-900
- www.turismo.gov.br

Ofício nº 491/2021/GM

Brasília, 25 de maio de 2021.

Ao Senhor
Deputado Luciano Bivar
Primeiro-Secretário
Câmara dos Deputados
Praça dos Três Poderes
70150-900 - Brasília-DF
ric.primeirasecretaria@camara.leg.br

Assunto: Requerimento de Informação nº 520/2021.

Senhor Primeiro-Secretário,

Em atenção ao Ofício 1ªSec/RI/E/nº 212 (0964900), que trata do Requerimento de Informação nº 520/2021 (0964903), de autoria do Deputado David Miranda e outros, por meio do qual requer informação *sobre as mudanças na estrutura organizacional da Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB)*, encaminho o OFÍCIO nº 113/2021/PRESI/FCRB, pelo qual a Fundação Casa de Rui Barbosa (FCRB) se manifesta sobre as indagações apresentadas no Requerimento de Informação em questão, posicionamento respaldado pela Secretaria Especial de Cultura mediante Ofício nº 1898/2021/SECULT/GAB/SECULT.

Coloco a equipe técnica da Secretaria Especial de Cultura e da FCRB à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários, a fim de dirimir quaisquer dúvidas que porventura venham a persistir.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)

GILSON MACHADO GUIMARÃES NETO

Ministro de Estado do Turismo

Anexos:

I - Ofício nº 1898/2021/SECULT/GAB/SECULT (SEI nº 0973778);

II - Ofício nº 113/2021/PRESI/FCRB (SEI nº 0971701).



Documento assinado eletronicamente por **Gilson Machado Guimarães Neto, Ministro de Estado**, em 26/05/2021, às 18:41, conforme horário oficial de Brasília.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **0980685** e o código CRC **E3B32C33**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 72031.007122/2021-11

SEI nº 0980685



MINISTÉRIO DO TURISMO
SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA
GABINETE DA SECRETARIA ESPECIAL DE CULTURA

Esplanada dos Ministérios, bloco B, 2º e 3º andar, - Bairro Zona Cívico-Administrativa, Brasília/DF, CEP 70068-900
- www.turismo.gov.br

Ofício nº 1898/2021/SECULT/GAB/SECULT

Ao Senhor
Babington dos Santos (BOB SANTOS)
Chefe da Assessoria Especial de Assuntos Parlamentares e Federativos
Ministério do Turismo

Assunto: **Requerimento de Informação nº 520/2021.**

Prezado Senhor Bob,

1. Em atenção ao Ofício nº 91/2021/ASPAR/GM (0965758), por meio do qual encaminha o Ofício 1ªSec/RI/E/nº 212 (0964900), de 12 de maio de 2021, da Câmara dos Deputados/Primeiro-Secretário - Deputado Luciano Bivar, que trata do Requerimento de Informação em epígrafe, encaminho a seguinte manifestação.
2. Requerimento de Informação nº 520/2021 (0964903), de autoria do Deputado David Miranda e outros, por meio do qual requer informação *sobre as mudanças na estrutura organizacional da Fundação Casa Rui Barbosa (FCRB)*, encaminho o OFÍCIO Nº 113/2021/PRESI/FCRB (0971701), pelo qual a Fundação Casa de Rui Barbosa, se manifesta sobre as indagações apresentadas no Requerimento de Informação em questão.
3. Diante do exposto, esta Secretaria Especial de Cultura e sua equipe técnica estão à disposição para eventuais esclarecimentos que se fizerem necessários, a fim de dirimir quaisquer dúvidas que por ventura venham a persistir.

Atenciosamente,

(assinado eletronicamente)
ANDREA ABRÃO PAES LEME
Secretária Especial da Cultura Adjunta



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <http://validacao.turismo.gov.br>, informando o código verificador **0973778** e o código CRC **91A0C2B1**.

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 72031.007122/2021-11

SEI nº 0973778



MINISTÉRIO DO TURISMO
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

OFÍCIO Nº 113/2021/PRESI/FCRB

Rio de Janeiro, 26 de abril de 2021.

Ao Senhor
MARIO LUIS FRIAS
Secretário Especial da Cultura
Brasília - DF

Assunto: RIC 520/2020 – PSOL
Deputados Sr. David Miranda, Sra. Sâmia Bomfim e Sra. Áurea Carolina

Senhor Secretário,

A FCRB responde ao RIC 520/2021 enviado ao Ministério do Turismo pelos deputados do PSOL acima citados.

O Requerimento alega que *“sucessivas alterações na estrutura organizacional da FCRB estão sendo produzidas por portarias internas na Fundação Rui Barbosa (FCRB)” - o que não corresponde à realidade*. Não houve uma única alteração de estrutura, muito menos “sucessivas mudanças”.

Ao citar a Portaria No 14/2021, os **deputados erroneamente pensam se tratar de mudança na estrutura**. Que em momento algum foi alterada. Os **atos de gestão** realizados sequer precisam de supervisão ministerial, de Decreto presidencial ou publicação no Diário Oficial da União para serem postos em prática. **Basta a Portaria Interna**. E publicação para os próprios servidores.

A Portaria No 14 delibera sobre a **modernização de setor obsoleto**, criado na década de 1970. As pequenas alterações realizadas valorizam os servidores da área, economizam recursos públicos e dão mais transparência a compras e aos contratos evitando o risco de corrupção. Cito os trechos:

“Art. 3º. - No caso de obras a serem impressas, a revisão das provas de impressão também deverá ser feita por cada autor, conjunto de autores, organizador ou conjunto de organizadores;” - que valoriza o autor da obra e dá ao servidor o controle sobre seu projeto.

“Parágrafo 3º. - Também não serão autorizadas as contratações de serviço de impressão de livro, revista, opúsculo ou qualquer material gráfico impresso por Inexigibilidade ou por Dispensa de Licitação;”- o que torna todo o processo de editoração mais transparente e sem risco de favorecimento e de corrupção.



MINISTÉRIO DO TURISMO
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

A **Portaria No 15** trata da mera criação de um grupo de trabalho para modernizar a entrada e o registro de documentos comuns na Fundação e diferenciá-los de documentos históricos. E visa dar maior autonomia a cada setor da Casa no âmbito de criar e acompanhar seus processos internos. Nada além disso. Cito o trecho:

“Parágrafo 1º. - Cada chefia de cada Serviço passará, a partir de 19/03/2021, a ser responsável pela abertura dos Processos SEI demandados pelo próprio setor e/ou pelos setores a ela ligados;”

Os deputados citam **publicação em Twitter privado** da Presidente da FCRB como ato de gestão. Diz a RIC: *“em 19 de junho de 2020, pela Presidente da FCRB, na sua rede pessoal, de um tuíte com o seguinte conteúdo: “(...) Criei projeto para o Ministério do Turismo, escrevi Decreto presidencial...”. A publicação foi posteriormente apagada”*.

O projeto idealizado, rascunhado e registrado na rede social privada, com alegria e entusiasmo, durante a madrugada criativa, não foi à frente. O conteúdo abordava a Acessibilidade, a Inclusão Social e a Diversidade no âmbito da visitação turística da FCRB. Porém sequer foi levado adiante devido à Pandemia. Não saiu do computador da presidente. E, como o próprio texto diz, **foi escrito de madrugada e apagado em seguida. Houve apenas o tempo de alguém tirar o print e querer transformar uma foto da madrugada criativa em meio à pandemia em Decreto consumado.**

Diz o RIC: *“Outra alteração problemática foi a criação da “Casa de Cultura Rui Barbosa”, com atribuições equivalentes às do já existente Centro de Pesquisa.” – são totalmente diferentes a Casa de Cultura e o Centro de Pesquisa.* A ideia da Casa era a de promover eventos e palestras para a sociedade em geral, de crianças a idosos, muito distante dos projetos acadêmicos. No entanto, o projeto da Casa foi cancelado temporariamente devido também à Pandemia.

Diz o RIC sobre um suposto convite: *“para a estreia da Casa de Cultura Rui Barbosa. Haverá apresentação da parceria FCRB e Mackenzie para cursos de extensão e PósGraduação Latu Sensu em Direito.”*

Os deputados tiveram acesso ao convite antigo, que foi recriado sem essas citações. Não houve tempo hábil para o chamamento público que abrirá espaço para parcerias de cursos de extensão e pós-graduação latu sensu em Direito. Que em nada têm a ver com o Centro de Pesquisa. **O assistente que criou o convite citado confundiu “Abertura do Ano Acadêmico” com estreia de parceria em cursos. Tão logo o engano foi percebido, houve a retificação para os envolvidos.** A Mackenzie participou da palestra de Abertura do Ano Acadêmico como convidada e não como parceira comercial. Cedemos profissionais para palestras na Mackenzie e a Mackenzie cede profissionais para palestras da FCRB. O mesmo se dá com a FIOCRUZ e outras entidades.

Sobre as perguntas objetivas do RIC:



MINISTÉRIO DO TURISMO
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

- 1) Há alguma ação em curso, ou ainda prevista, no Ministério do Turismo ou em qualquer outro ministério que se tenha conhecimento, em relação à alteração da estrutura organizacional da FCRB? Se sim, quais são as mudanças pretendidas? Qual o impacto orçamentário de tais mudanças para o Ministério do Turismo e para a instituição?

RESPOSTA: Não há tal projeto.

- 2) Há alguma ação em curso, ou ainda prevista, no Ministério do Turismo ou em qualquer outro ministério que se tenha conhecimento, para alteração do Estatuto da FCRB? Se sim, quais são as mudanças pretendidas?

RESPOSTA: Não há.

- 3) Há alguma ação em curso, ou ainda prevista, no Ministério do Turismo ou em qualquer outro ministério que se tenha conhecimento, para alteração do Regimento Interno da FCRB? Se sim, quais são as mudanças pretendidas?

RESPOSTA: Não há.

- 4) Há alguma ação em curso, ou ainda prevista, no Ministério do Turismo ou em qualquer outro ministério que se tenha conhecimento, para alteração da composição/funcionamento do Centro de Pesquisas da FCRB? Se sim, quais são as mudanças pretendidas?

RESPOSTA: Não há.

- 5) Do ponto de vista legal, quais foram os instrumentos normativos utilizados para a formalização e para dar publicidade à criação da “Casa de Cultura Rui Barbosa”?

RESPOSTA: Mera Portaria Interna visto que é ato de gestão. No entanto, foi cancelada devido à Pandemia.

- 6) Qual é a situação atual da parceria anunciada entre a FCRB e a Universidade Mackenzie? Favor informar quaisquer números de processos relativos à referida parceria.

RESPOSTA: Não existe tal parceria. Não há processo. Há um estudo com o Procurador Federal Interno que fará parecer jurídico para realizar um chamamento público que atenda aos requisitos da FCRB para cursos de extensão e pós-graduação *latu sensu* em Direito, algo que não há no momento, mesmo sendo a Casa de um jurista. Estamos ampliando a FCRB.

- 7) Solicitamos a íntegra de todos o(s) processo(s) formalmente constituído(s) nesta Pasta para tratar do tema, incluindo notas técnicas, e-mails, pareceres, memorandos, atas de reuniões, possíveis manifestações de outros órgãos e ministérios que opinaram sobre o tema e demais documentos relacionados à elaboração e condução do referido processo.

RESPOSTA: Não há processo ou nota técnica. Há ideias em curso.

Sobre a Justificativa apresentada para o RIC: “A Fundação Casa de Rui Barbosa tem sido alvo constante de tentativas de seu enfraquecimento institucional. Seja por



MINISTÉRIO DO TURISMO
FUNDAÇÃO CASA DE RUI BARBOSA

mudanças em seu comando, colocação de pessoas inexperientes na área ou ainda por perseguição a seus servidores.”

Esclarecemos que: **a)** Não há enfraquecimento, ao contrário, a Presidência conseguiu pessoalmente junto ao Ministério que o processo de extinção de 2019 fosse arquivado; **b)** “Mudanças no comando” são meros atos de gestão quando necessários ou solicitados pelos próprios servidores de cada setor. Servidores envelhecem, pedem aposentadoria, adoecem, e a Casa não pode parar de funcionar. Este é inclusive um dos maiores problemas da FCRB: poucos servidores e muitos idosos ou com comorbidades; **c)** Não é verdade que haja “perseguição” a qualquer servidor. A maioria encontra-se em trabalho remoto desde março de 2020. Os poucos que vão à Casa trabalham em harmonia e, inclusive, reclamam de tais notas plantadas, que atrapalham o bom ambiente e a imagem da FCRB. Inclusive a maioria dos servidores sequer é da Associação.

Cordialmente,

LETICIA DORNELLES
PRESIDENTE DA FCRB

Letícia Dornelles
Presidente
Fundação Casa Rui de Barbosa